

O projeto de pesquisa pretende investigar, de maneira sistemática e coordenada, os elementos basilares que subjazem a toda e qualquer ação regulatória do poder público em âmbitos específicos da prestação dos serviços públicos por agentes privados. Trata-se, em síntese, de (i.) identificar as diferentes concepções disponíveis atualmente acerca da forma de gestão de atividades sociais de relevante interesse social, entre nós denominadas "serviços públicos" ("modelos teórico-conceituais de regulação"); (ii.) descobrir, pela hermenêutica constitucional, a escolha do modelo adotado pela Constituição bem assim descobrir e interpretar os princípios axiológicos e políticos que orientam a regulação setorial, no Brasil, e, finalmente, (iii.) analisar as regras que, derivadas dos princípios constitucionais (e/ou em consonância com eles) apresentam o quadro normativo legal dos serviços públicos. Neste passo, a investigação propõe-se, também, à eventual crítica dos preceitos positivos, em particular, da Lei Geral de Concessões e Permissões de Serviços Públicos, Lei 8.987/95, Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97) e Leis do Setor Elétrico (Leis 9.074/95, 9.427/97, 10.848/04). O método de abordagem adotado será o dedutivo, numa perspectiva histórica e crítica, procurando dar tratamento localizado no tempo à matéria objeto do estudo. A pesquisa ainda está em andamento, mas como resultados parciais, há três artigos elaborados sobre a temática dos serviços públicos: "CONCEITO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO MARCO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: análises críticas à luz do paradigma da gestão compartilhada do interesse público"; "APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO CONSUMIDOR AO USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: fundamentos, possibilidades e extensão"; e "ATIVIDADE REGULATÓRIA NA TUTELA DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA: uma análise à luz da ordem econômica constitucional brasileira".